



COLEÇÃO
ESTUDOS
CARIOCAS

A influência do contexto político na desindustrialização do Rio de Janeiro

The influence of the political context on the deindustrialization of Rio de Janeiro

La influencia del contexto político en la desindustrialización de Río de Janeiro

Juliana Carvalho da Cunha Trece¹

¹Instituto Brasileiro de Economia, Rua Presidente Carlos de Campos, 417, Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ, <https://orcid.org/0000-0002-9365-1720>, julianacarvalhotrece@yahoo.com

Resumo

Neste artigo analisa-se a desindustrialização fluminense, pois o Rio de Janeiro tem apresentado, recentemente, um dos piores desempenhos econômicos do país, com forte deterioração da indústria de transformação. Destaca-se o município do Rio de Janeiro como o epicentro da desindustrialização estadual, com origem na história política fragmentada da cidade com o restante do estado, que influenciou na ausência de projeto regional de desenvolvimento fluminense. A transição energética, apesar de desafiadora, dado o perfil petrolífero do estado, pode ser uma oportunidade para a sua reindustrialização, caso sejam realizadas mudanças institucionais que estimulem o desenvolvimento regional e a diversificação econômica.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, desindustrialização, fragmentação política.

Abstract

In this article, the deindustrialization of Rio de Janeiro is analyzed, as the state has recently shown one of the worst economic performances in the country, marked by a sharp decline in the manufacturing sector. The city of Rio de Janeiro emerges as the epicenter of this deindustrialization, rooted in its historically fragmented political relationship with the rest of the state, which has hindered the formation of a regional development strategy. Despite the challenges posed by the state's oil dependency, the energy transition could represent an opportunity for reindustrialization, if institutional changes support regional development and economic diversification.

Keywords: Rio de Janeiro, deindustrialization, political fragmentation.

Resumen

Este artículo analiza la desindustrialización de Río de Janeiro, que ha mostrado recientemente uno de los peores desempeños económicos de Brasil, con fuerte caída en la industria manufacturera. La ciudad de Río de Janeiro se destaca como el epicentro de este proceso, debido a su histórica fragmentación política con el resto del estado, lo que ha dificultado la formulación de una estrategia regional de desarrollo. A pesar de los desafíos impuestos por el perfil petrolero del estado, la transición energética puede representar una oportunidad de reindustrialización, si se implementan cambios institucionales que promuevan el desarrollo regional y la diversificación económica.

Palabras clave: Río de Janeiro, desindustrialización, fragmentación política.

Volume
13

Edição
2

*Autor(a) correspondente
julianacarvalhotrece@yahoo.com

Submetido em 01 jul 2025

Aceito em 15 ago 2025

Publicado em 10 out 2025

Como Citar?

TRECE, J. C. C. A influência do contexto político na desindustrialização do Rio de Janeiro. *Coleção Estudos Cariocas*, v. 13, n. 2, 2025.

DOI: 10.71256/19847203.13.2.154.2025

O artigo foi originalmente submetido em PORTUGUÊS.

As traduções para outros idiomas foram revisadas e validadas pelos autores e pela equipe editorial. No entanto, para a representação mais precisa do tema abordado, recomenda-se que os leitores consultem o artigo em seu idioma original.

OPEN ACCESS



1 Introdução

O ambiente político exerce grande influência sobre o ambiente econômico, pois a forma como o Estado atua, ou deixa de atuar, pode atrair ou repelir investimentos. Nos últimos anos, a maior parte dos investimentos no estado do Rio de Janeiro estão relacionados a características específicas, como a existência de reservas de petróleo ou seu perfil turístico. Em termos de desenvolvimento de uma cadeia produtiva industrial, pouco se tem observado em comparação a outras unidades da federação.

Com isso, a indústria de transformação fluminense, atividade com importante poder de encadeamento na economia, tem se deteriorado, de tal modo que, dentre todas as 27 unidades da federação, o Rio de Janeiro foi a única a apresentar retração real desta atividade, entre 1985 e 2022. Isto se refletiu em aguda desindustrialização no estado, com grande parte de sua intensidade explicada pelo desempenho da cidade do Rio de Janeiro, que apresentou encolhimento disseminado em diversos segmentos industriais.

O grande destaque positivo da economia fluminense na atualidade é a indústria extrativa, explicada pela existência de reservas de petróleo, que colocam o estado como o maior produtor deste produto no país. No entanto, devido a sua estrutura produtiva pouco diversificada, a elevada dependência da produção de petróleo, recurso natural finito, trouxe ampla vulnerabilidade econômica para o estado, que tende a ser agravada com a transição energética, uma das principais pautas da agenda global na atualidade.

Apesar de desafiadora para o estado, a transição energética pode ser também uma alternativa para a retomada da indústria no Rio de Janeiro, a partir de um planejamento de desenvolvimento regional que incentive a sua reindustrialização com foco em atividades de baixo carbono, mercado com grande potencial de expansão. A reversão da desindustrialização fluminense não é trivial, porém também não é impossível. No entanto, para este processo, o fortalecimento institucional do Estado e do seu comprometimento e seriedade com o desenvolvimento econômico é crucial. Sem a melhora do ambiente político será inviável, para um estado que vivencia múltiplas crises, aproveitar as oportunidades geradas pela transição energética, podendo, inclusive, haver intensificação dos desafios preexistentes.

O poder das instituições e da política eficiente se reflete em força de trabalho qualificada, criação de ambiente propício à inovação, atração de empresas que podem fomentar a economia e o mercado de trabalho e que contribuam para que o estado entre em um ciclo virtuoso de prosperidade. Logo, o ambiente favorável ao desenvolvimento econômico se inicia no ambiente político estável.

Além desta introdução, este artigo é composto por mais cinco seções. Na segunda apresenta-se breve análise histórica da formação econômica e social do Rio de Janeiro, com destaque para a origem de suas atuais fragilidades institucionais, que culminaram em crises em múltiplas esferas. Na terceira apresenta-se os dados utilizados para a análise, os tratamentos necessários e a metodologia adotada para mensurar a desindustrialização no estado. Na quarta seção é apresentada a análise dos resultados econômicos, onde é destacado o desempenho da indústria de transformação e o papel da cidade do Rio de Janeiro no processo de desindustrialização do estado. Na quinta seção, aborda-se como a transição energética pode ser uma oportunidade para a reindustrialização no estado. Por fim, na sexta seção, ressalta-se a importância de se modificar a forma como as instituições políticas atuam no estado para que, através de planejamento e comprometimento, possa-se transformar a trajetória fluminense para um novo ciclo de prosperidade.

2 Breve Contexto Histórico Econômico

Nesta seção são apresentadas características da formação econômica e social do estado do Rio de Janeiro de forma não exaustiva. O objetivo é ressaltar como as diferenças na formação do estado colaboraram para a sua fragmentação política. Destaca-se ainda como essa fragmentação favoreceu, ao longo do tempo, a eclosão de crises em diversas esferas, que afetaram diretamente o desempenho da economia do estado.

2.1 Formação social do estado do Rio de Janeiro

Em 1763, a cidade do Rio de Janeiro se tornou a capital da Colônia Portuguesa do Brasil, o que contribuiu para a atração de muitos investimentos, que se tornaram ainda maiores com a chegada da Família Real, em 1808, momento em que a cidade se tornou sede do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o que contribuiu para fortalecê-la como centro comercial-financeiro do Brasil (Osório e Versiani, 2015). Em 1822, com a Proclamação da Independência do Brasil, o Rio de Janeiro tornou-se Capital do Império do Brasil e, em 1889, com a Proclamação da República, o Rio de Janeiro se tornou a Capital da República, ao início do federalismo no Brasil.

Esses acontecimentos contribuíram para que a economia desta cidade, e de seu entorno mais próximo, se desenvolvesse em torno das necessidades das diversas condições de capital, suprimindo a elevada oferta de mão de obra disponível, principalmente na prestação de serviços, o restante do estado era bastante rural.

A principal atividade econômica do interior do Rio de Janeiro era a produção de café latifundiária, baseada em mão de obra escrava. Esta atividade começou a se deteriorar ao final do século XIX, influenciada pela abolição da escravatura e a redução do preço do café no mercado mundial (Vieira, 2001). Além disso, a falta de modernização da produção, sem o mesmo incremento de máquinas observados em outras regiões do país, e a adoção de técnicas danosas a fertilidade do solo, contribuíram para a forte redução da produção cafeeira no estado, o que influenciou em seu fraco desempenho econômico (Vieira, 2001).

Outra característica importante, no decorrer do século XX, foi a intensificação do processo migratório, o que contribuiu para a significativa expansão da população da cidade do Rio de Janeiro. Com isso, os espaços urbanos, que já estavam em grande parte ocupados, foram encarecendo devido à escassez de áreas para a construção de novos empreendimentos. A elevada atração de investimentos na cidade, no decorrer de sua história, contribuiu para a especulação imobiliária, que se tornou mais evidente a partir do processo de urbanização, em meados de 1930 (Ferreira, 2018). Como consequência do aumento do custo de vida na cidade, houve maior espraiamento populacional, processo no qual muitas pessoas migraram para os municípios vizinhos, onde o custo de vida era mais baixo em comparação a capital.

Esse fenômeno foi de grande importância para o fortalecimento da interdependência entre os municípios do estado, principalmente na sua região metropolitana. Enquanto a capital oferecia ampla gama de oportunidades de emprego, os municípios vizinhos passaram a ser, muitas vezes, cidades dormitório em que as pessoas retornavam apenas para descansar (Ferreira, 2018). Tal processo acabou gerando hierarquização da cidade do Rio de Janeiro sobre os demais municípios, uma vez que as tomadas de decisões econômicas estavam centradas nessa cidade, que, por sua vez, atendia a interesses nacionais, pelo fato de ser Capital da República do Brasil.

O inchaço populacional na cidade do Rio de Janeiro, também influenciou no processo de favelização, caracterizada pela ocupação nas áreas dos morros das cidades. O Estado, para lidar com a expansão das favelas, criou os parques proletários e os conjuntos habitacionais, em meados do século XX, com o objetivo de transferir os habitantes dos morros para locais afastados da área central. Estes

locais, no entanto, acabaram “repetindo os processos de crescimento das favelas e de saturação das infraestruturas instaladas”, com precariedade na oferta de serviços públicos, em que muitas vezes não havia “arruamentos, plano urbano, água e luz”, estabelecendo-se assim, uma “cidade a parte” (Portal MultiRio, s.d.).

Tal conjuntura criou ambiente propício ao surgimento do crime organizado nestas localidades. É a partir disso que surgem “imagens que fizeram da favela um lugar do perigo, a ser erradicado; da falta e da carência, bem diferente dos locais de residência do restante da população urbana tida como “civilizada” (Portal MultiRio, s.d).

O início do processo de industrialização do Rio de Janeiro seguiu a lógica de priorização das demandas nacionais frente as locais, com o desenvolvimento de indústrias pontuais que não foram planejadas para o desenvolvimento de uma cadeia regional. Diferentemente do que ocorreu em São Paulo, por exemplo, em que além de investimentos federais, os recursos gerados pela produção cafeeira tiveram papel relevante na industrialização daquele estado, no Rio de Janeiro a presença estatal foi dominante nos investimentos (Pedreira et al., 2024). Destacam-se, como citado por Osório e Versiani (2015), a realização de investimentos federais na região “como a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941); da Fábrica Nacional de Motores (1942); da Companhia Nacional de Álcalis (1943) e da Refinaria Duque de Caxias (1961)”, o que reforça o papel central da capital federal e do estado do Rio de Janeiro na economia brasileira da época.

Em 1960, a capital federal foi transferida para Brasília, com o objetivo de tornar a sua localização geograficamente central e garantir o povoamento e controle de regiões mais afastadas do eixo Sul do Brasil (Ceballos, 2005). Com isso, o Rio de Janeiro tornou-se, até 1975, o único município a constituir o estado da Guanabara sendo beneficiado, portanto, pela arrecadação de impostos tanto a nível municipal quanto estadual. Isso aumentou ainda mais as discrepâncias de investimentos que já existiam entre o Rio de Janeiro e os demais municípios que compunham o estado, naquela época.

Em termos de atração de investimentos notou-se, entretanto, redução no estado, com a saída da capital federal da cidade do Rio de Janeiro (Osório e Versiani, 2015). A indústria foi uma das atividades que mais sentiu os efeitos dessa mudança, pois

O desenvolvimento econômico ocorrido no Rio de Janeiro vinha sempre a reboque de sua capitalidade, não havia um planejamento de Longo Prazo por parte do empresariado carioca visando tornar-se independente dos investimentos federais ou da renda proveniente de funcionários e empresas públicas. A capitalidade e as benesses a ela inerentes fizeram com que o empresariado carioca não aprendesse a caminhar com suas próprias pernas tornando-se, de um modo geral, dependente de investimentos e iniciativas geradas pelo poder público, e isso ocorria, mesmo sendo de conhecimento de todos que a elevação da cidade a capital da república possuía caráter transitório (Costa, p. 16, 2010).

Em 1975, a Guanabara foi extinta e o município do Rio de Janeiro passou a integrar o estado do Rio de Janeiro como sua capital, dando origem à atual formação do território fluminense. A principal justificativa do governo federal para a fusão das duas unidades da federação era contribuir para o desenvolvimento econômico integrado na região, tornando-a um pólo de desenvolvimento nacional. A Guanabara tinha restrição de espaço físico para a expansão da indústria, porém, ao se fundir ao estado do Rio de Janeiro, que era relativamente pouco industrializado, poderia haver a expansão industrial no território (Ferreira, 2006). Além disso, o fator político também foi um importante aspecto motivador para esta fusão.

Sob o aspecto político, a fusão reduziu o peso do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB) da Guanabara. Com isso, a “fusão, em vez de criar condições para

que o novo estado pudesse representar uma consistente força no cenário nacional, em realidade incentivou à luta política, que inviabilizou a construção de uma nova identidade regional” (Ferreira, 2006). Com isso, a ideia de se criar um estado integrado esbarrou na fragmentação política criada pela unificação de diferentes bases políticas regionais que não pretendiam perder suas autonomias. Observa-se, portanto, que a ausência de unificação política do novo estado do Rio de Janeiro, contribuiu para que pouco fosse proposto em termos de elaboração de um projeto de efetivo desenvolvimento regional. Desde então, a crise política no estado, embora tenha momentos mais agudos e brandos, de certa forma ainda persiste.

Na prática, embora houvesse dependência econômica entre o município do Rio de Janeiro e os demais do estado, a fusão “reuniu administrativamente duas entidades que nunca estiveram unidas” (Pedreira, et. al, 2024), o que contribuiu para a geração de uma grande tensão política no estado. A fragmentação política que a unificação de diferentes bases políticas gerou, prejudicou o estabelecimento de um desenvolvimento regional para o Rio de Janeiro, pois a prioridade era a disputa pelo poder estadual.

A estruturação econômica do estado refletiu esse ambiente politicamente fragmentado, com o estabelecimento de “um conjunto disperso de especializações setoriais em uma região e com pouca coerência do ponto de vista de uma divisão territorial do trabalho”, caracterizada por uma base produtiva fragilizada e vulnerável a acontecimentos externos, típica de uma estrutura produtiva oca (Sobral, 2017).

Segundo a historiadora Marly Motta, anulava-se a “singularidade da antiga Guanabara em prol de sua integração ao novo estado do Rio de Janeiro”. Isso nos faz refletir sobre os limites e as possibilidades de um projeto como a fusão. Motta prossegue: “cuja implementação teria que lidar com a identidade política de duas regiões forjada pela memória que cada uma delas construiu de seu próprio passado. De um lado, a cidade do Rio de Janeiro, capital do país por mais de cem anos, há 15 ocupando um lugar singular na federação, o de estado-capital, e lutando para conservar o seu tradicional papel de ‘caixa de ressonância’ de país; de outro, o antigo estado do Rio, a ‘Velha Província’, dividido entre a atração pela ‘cidade maravilhosa’ e o medo da suburbanização” (Portal MultiRio, s.d).

Osório e Versiani (2015), denominaram este período de saída da capital federal da cidade do Rio de Janeiro, e a posterior unificação entre a Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, como de um “esvaziamento econômico” devido à redução no nível de investimentos no estado e a saída de diversas empresas e pessoas, o que contribuiu para o aumento do desemprego e a redução da atividade econômica no estado, principalmente de cunho industrial. Com isso, o Rio de Janeiro se viu desprovido de uma identidade regional, fase que durou até a descoberta de petróleo no estado.

O primeiro poço de petróleo do Rio de Janeiro foi descoberto na Bacia de Campos, em 1974. A partir da década de 1980, o estado se tornou referência na produção de petróleo no país, o que modificou a sua estrutura produtiva e tornou a produção de petróleo, e posteriormente também a de gás natural, a nova identidade da economia fluminense. O estado voltou a atrair vultosos investimentos, não apenas concentrados na sua capital, como também nos demais municípios. Em 2005, com o início da produção na Bacia de Santos, ampliou-se ainda mais a relevância do Rio de Janeiro na produção nacional de petróleo e gás natural do país (Souza, 2019).

A volumosa entrada de investimentos no setor petrolífero, de certa forma, reduziu o foco das deficiências estruturais da economia fluminense. Os problemas políticos, no entanto, permaneceram. Desde a unificação do estado, em 1975, dos quatorze políticos que governaram o Rio de Janeiro, seis foram presos ou afastados devido a envolvimento em esquemas de corrupção.¹ Apesar do expressivo crescimento da

¹ Foram presos Moreira Franco, Anthony Garotinho, Rosinha Garotinho, Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão. Wilson Witzel foi afastado e investigado.

indústria extrativa, as demais atividades apresentaram um dos piores desempenhos do país, segundo dados do Sistema de Contas Regionais do IBGE. A elevada instabilidade política do Rio de Janeiro influenciou o desempenho destas atividades, ao contribuir para afugentar investimentos. Com isso, o aumento da dependência econômica do estado pela produção de recursos naturais, aliada ao fraco desempenho econômico nas demais atividades o tornaram cada vez suscetível a diversos tipos de crises que se retroalimentam.

2.2 Eclosão de crises no Rio de Janeiro

A breve contextualização histórica sobre a economia do Rio de Janeiro mostrou dois tipos de dependência em sua estruturação, ao longo do tempo. A primeira devido ao desenvolvimento concentrado em sua capital e, a segunda, devido à concentração da estrutura econômica na atividade de produção de petróleo e de gás natural.

Em ambos os casos, não houve extenso planejamento no estado para esta configuração. O fato de ser a capital, ou o fato de possuir reservas de petróleo e de gás natural são características determinadas, respectivamente, pelo atendimento a interesses nacionais e a localização geográfica. De certa forma, isto pode ter colaborado para o estado ter sido pouco propositivo na estruturação de uma cadeia produtiva industrial, alinhada a um projeto de desenvolvimento regional. O que se estabeleceu no Rio de Janeiro foi um Estado enfraquecido, com dificuldades para lidar com as diversas crises existentes.

O Rio de Janeiro vivencia, há anos, quadro de grave crise fiscal, sendo o estado com a maior dívida pública no país, segundo dados da Secretaria de Fazenda do Estado. A unificação, em 1975, com a extinção da Guanabara, resultou em perda de receitas estaduais que eram destinadas àquele estado, e gerou comprometimento de suas contas públicas (Motta, 2001).

Na década de 1990, este cenário foi alterado a partir do estabelecimento do pagamento de royalties e participações especiais pela produção de petróleo e de gás natural, que favoreceram o Rio de Janeiro, maior produtor do país, de acordo com dados da ANP. No entanto, a dimensão que estas receitas ganharam nas finanças do estado e de seus municípios tornou-o vulnerável às oscilações no preço do barril do petróleo. O Rio de Janeiro não se planejou adequadamente para a volatilidade de preços, não tendo investido esses recursos de forma significativa no desenvolvimento de outras atividades econômicas, para reduzir a dependência. Notou-se, na realidade, certa “acomodação financeira em função das vultosas rendas petrolíferas”, que se desdobrou em abandono de planejamento para diversificar a estrutura produtiva (Ribeiro e Azevedo Neto, 2024).

Dado esse contexto, o risco sobre a economia fluminense se acentuou ao longo do tempo, com uma economia pouco diversificada e dependente de uma atividade volátil. Em 2015, com a forte queda no preço mundial do barril do petróleo, a redução no nível de receitas no estado foi significativa, o que agravou a sua situação fiscal.

O agudo processo de desindustrialização no estado, também contribuiu para redução em seu nível de receitas, ao longo do tempo. No entanto, como havia entrada de grande fluxo de recursos das compensações financeiras pela atividade extrativa, a redução de receitas industriais, em grande parte, foi compensada. Este processo, embora não tenha sido abrupto, tem sido bastante intenso ao longo dos anos, com o fechamento de diversas empresas e fábricas no Rio de Janeiro e a consequente perda de empregos na atividade.

Com a ausência de ação estatal nas áreas marginalizadas, as facções criminosas, ao longo do tempo, se desenvolveram e se tornaram extremamente poderosas, o que gerou um contexto de guerra civil, em que as principais vítimas são os moradores de áreas marginalizadas, que vivenciam constante sensação de insegurança, comprometimento do direito de ir e vir, devido a ordens para fechar vias, e o aumento da criminalidade.

Nota-se que, em diferentes aspectos, a ausência do Estado, seja no gerenciamento das receitas do petróleo para a diversificação econômica, no estabelecimento de um plano habitacional, na oferta de serviços públicos de qualidade, na estruturação de um plano de desenvolvimento regional, afetou negativamente a economia e a sociedade.

Em entrevista ao jornal *El País*, o professor Mauro Osório, especialista em economia fluminense, destacou que a crise fiscal do estado se deve “a uma queda absurda das receitas de impostos, de royalties do petróleo e de transferências federais em um Estado com um planejamento falho, dependente do petróleo e com uma estrutura produtiva ainda oca” (Martín, 2016), o que resume a atual situação do Rio de Janeiro.

3 Metodologia e base de dados

Para compreensão da intensidade da desindustrialização no Rio de Janeiro, foram analisados dados do Sistema de Contas Regionais do IBGE (SCR), da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS) e da Pesquisa Industrial Anual do IBGE (PIA), que permitiram mensurar a desindustrialização fluminense através de dados de valor adicionado e de emprego. Por se tratar de uma análise histórica, foram realizados tratamentos, com o objetivo de compatibilizar a série histórica. Devido a alterações de classificação, naturais de ocorrerem ao longo do tempo, algumas adaptações foram necessárias para a comparabilidade e aumento da coerência das informações. Esta seção inicia-se com a apresentação do conceito de desindustrialização e sua importância para a análise do desenvolvimento econômico. Em seguida, são detalhados os tratamentos realizados na base de dados.

3.1 Desindustrialização: Conceito e importância de análise

De acordo com Squeff (2012), Kaldor constatou que, pelo fato de a indústria manufatureira apresentar, de modo geral, nível de produtividade maior que as demais atividades econômicas, o aumento da relevância deste tipo de atividade na economia, eleva a produtividade média de um país, com efeitos positivos sobre o crescimento de seu PIB². Além disso, Squeff (2012) destaca que esta atividade tem grande capacidade de geração de externalidades positivas, ao fomentar tanto a cadeia de valor fornecedora (aumento da demanda de produtos da agropecuária e da extrativa, a serem transformados), quanto a cadeia demandante (aumento da demanda por serviços como comércio dos produtos fabricados, transporte aos consumidores finais, intermediação financeira para aquisição, entre outros), o que faz ser importante impulsionadora do crescimento econômico.

A indústria manufatureira citada por Kaldor, refere-se à indústria de transformação. Esta indústria engloba diversas atividades que, em diferentes graus, envolvem a aplicação de funções de produção, a partir de produtos primários, ou mesmo já derivados, para criar produtos transformados que, geralmente, envolvem algum grau de aplicação tecnológica. Por esta razão, a indústria de transformação é considerada “com elevado potencial para alavancar o desenvolvimento econômico e social de uma nação, especialmente de países em estágios intermediários de desenvolvimento como o Brasil.” (Morceiro, 2011).

Dada a importância da indústria de transformação para o desenvolvimento econômico, torna-se relevante analisar processos de desindustrialização, que são aqueles em que há perda de participação desta atividade na economia. A partir da identificação das causas que levam a essa redução, pode-se compreender os efeitos sobre o desenvolvimento econômico.

De acordo com Squeff (2012), observa-se, ao longo do tempo, modificações na

² Squeff (2012) explica que o argumento de Kaldor se baseia no fato de que o rápido aumento da produtividade industrial, conforme haja aumento do produto, deve-se à existência de ganhos de economias de escala, bastante comuns nesse setor.

composição setorial dos países, à medida que estes se desenvolvem. Inicialmente há redução de participação da agropecuária, devido a intensificação da indústria. Ao longo do tempo, entretanto, com o aumento da demanda por serviços, este passa a ganhar maior participação na economia, à custa de redução da participação industrial.

Duas características devem ser ressaltadas no movimento narrado: (i) a perda de participação da indústria na economia é esperada, à medida que os países se desenvolvem e (ii) não, necessariamente, há retração da indústria; a perda de participação observada pode ser apenas relativa.

Conclui-se, portanto, que a desindustrialização nem sempre é problemática, caso seja consequência do processo de desenvolvimento econômico em que, ao longo do tempo, observa-se redução da participação da agropecuária, devido a intensificação da indústria que, com posterior aumento de participação dos serviços, devido ao aumento da demanda por estes (Squeff, 2012). Neste caso, a desindustrialização não é devido a retração na indústria de transformação, porém a um crescimento do setor de serviços a taxas superiores às da indústria.

A desindustrialização, portanto, torna-se um problema caso ocorra prematuramente, não sendo fruto do processo “natural” de maior demanda por serviços e, sim, devido a deficiências no desenvolvimento industrial, com efeitos de redução do crescimento econômico potencial de longo prazo de um país (Morceiro, 2011).

Na literatura sobre desindustrialização, são utilizadas diversas formas para mensurá-la, sendo as mais utilizadas, de acordo com Squeff (2012), às que medem seu peso nos níveis de produção (valor adicionado e emprego)³.

3.2 Base de dados

Os dados do Sistema de Contas Regionais do IBGE (SCR) utilizados neste artigo referem-se ao valor adicionado da indústria de transformação e o PIB para as 27 unidades da federação. Na atual referência metodológica do SCR, 2010, há dados disponíveis desde 2002, porém o IBGE tem dados regionais, na referência metodológica anterior, desde 1985.

A Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS), é um registro administrativo com diversas informações, sendo as utilizadas neste artigo as referentes a vínculos empregatícios formais em 31/12 de cada ano. É uma relevante base de dados para análise da dinâmica de emprego por apresentar, dados desde 1985, com amplo detalhamento geográfico e por atividades econômicas.

Neste artigo foram coletados dados para segmentos da atividade da indústria de transformação e para o total da economia em três períodos distintos. De 1985 a 1994 foi utilizada a classificação de atividades “IBGE Subsetor”. Entre 1994 e 2005, adotou-se a “CNAE 95 Grupo” e, de 2006 em diante, as informações foram coletadas na “CNAE 2.0 Grupo”, atual classificação adotada pelo IBGE.

As informações das atividades da indústria de transformação foram compatibilizadas em sete segmentos. Tal compatibilização foi possível pois, a classificação por “IBGE Subsetor”, por exemplo, tem dados mesmo depois de 1994, o que permitiu a comparação das séries com as demais classificações; o mesmo ocorre com a “CNAE 95 Grupo”, que pode ser comparada com a “CNAE 2.0 Grupo”. A Tabela 1 detalha a desagregação dos segmentos da transformação analisados e os tratamentos realizados para a elaboração da série histórica de 1985 a 2024.

³ Rowthorn inicialmente propôs a análise baseada em dados de emprego. Tregenna, posteriormente, passou a analisar dados de valor adicionado. (Morceiro, 2011).

Tabela 1: Tradução da classificação dos segmentos da indústria de transformação para compatibilização da série histórica de vínculos empregatícios formais

Atividades	IBGE Subsetor - 1985 a 1993	CNAE 95 Grupo - 1994 a 2005	CNAE 2.0 Grupo
Alimentos e bebidas	Variação pelo código 13	Código 15	Soma dos códigos 10 e 11
Têxtil, vestuário e calçados	Variação pela soma dos códigos 11 e 12	Soma dos códigos 17, 18 e 193	Soma dos códigos 13, 14, 153 e 154
Papel, papelão e gráfica	Variação pelo código 08	Soma dos códigos 21 e 22, com a exclusão do código 221	Soma dos códigos 17 e 18
Química	Variação pelo código 10	Soma dos códigos 23, 24 e 252	Soma dos códigos 19, 20 e 21
Metalúrgica	Variação pelo código 03	Soma dos códigos 27 e 28	Soma dos códigos 24 e 25
Máquinas	Variação pela soma dos códigos 04, 05 e 06	Soma dos códigos 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35	Soma dos códigos 26, 27, 28, 29 e 30
Outros	Variação pela soma dos códigos 02, 07 e 09	Soma dos códigos 16, 191, 192, 20, 251, 26, 361, 369 e 37	Soma dos códigos 12, 151, 152, 221, 23, 321, 322, 323, 324 e 329

Fonte: Adaptado de MTE-RAIS. Elaboração própria.

4 Enfraquecimento econômico do Rio de Janeiro

Nesta seção analisa-se o desempenho econômico do Rio de Janeiro de 1985 a 2024. Inicia-se com a apresentação das taxas de variação do valor adicionado por atividades econômicas, e a identificação do desempenho da economia fluminense como o pior do país. Na sequência, apresenta-se a evolução da desindustrialização do Rio de Janeiro, com destaque para a relevância do desempenho da indústria de transformação na cidade do Rio de Janeiro neste processo.

4.1 Desempenho do PIB fluminense em comparação aos demais estados

Na Tabela 2 são apresentadas as taxas reais de variação acumuladas do PIB e do valor adicionado em três grandes atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços) e, com detalhamento de quatro atividades industriais, nas 27 unidades da federação, entre 1985 e 2022, com base nos dados do SCR. Observa-se que, o desempenho do PIB fluminense foi o pior do país no período, assim como o do valor adicionado na agropecuária e no setor de serviços. No total da indústria, apenas não ocupou a última posição pelo desempenho na extrativa. Em exercício de exclusão desta atividade da indústria, o Rio de Janeiro também ocuparia a última posição do país na atividade industrial.

Tabela 2: Variação real acumulada do valor adicionado, entre 1985 e 2022, por atividades econômicas e unidades da federação – em %

Unidades da Federação	Agropecuária	Indústria					Serviços	PIB
		Extrativa	Transformação	SIUP	Construção	Total		
Ranking RJ	27	3	27	24	27	20	27	27
RO	254,3	316	267,1	1639,1	151	307,7	238,1	282,7
AC	64,2	-	486	1035,8	187,5	243,1	212,4	224,7
AM	10,6	200,6	975,1	614,8	220,8	818,1	268,3	561,9
RR	1195,4	-	215,4	4897,7	340,3	279	436,5	478,6
PA	224	596,3	27,5	1419,5	348,2	209,8	222,4	227,5
AP	157,7	-42,3	78,6	-3203	172,2	119,4	362	305,7
TO	555,3	-	925	1300,2	110,1	269,8	174,6	253
MA	141,1	-	294,3	1022,2	66,8	-43,4	249,9	238,6
PI	784,8	-	342,4	2740,1	148,1	175,7	136,5	243,1
CE	68,4	-74,8	59,2	753,7	378	141,8	175,8	175,9
RN	298,6	-30,8	158,7	925,2	140,2	107,6	164,2	163,9
PB	74,2	-	497,6	654,5	154,2	222,9	129	188,6
PE	198,8	413,2	31,8	173,9	49,1	42,9	126,5	108
AL	165	-	72,6	275,5	144,2	-61,3	129,7	131,7
SE	149,7	-79,9	62,9	248,6	50,9	94,8	143	134,2
BA	139,2	-24,5	57,4	122,6	92,6	63,5	130,7	107,3
MG	229,2	-24,4	45	92,7	167,2	53,1	140,8	121,7
ES	251,3	128,5	70,9	136,2	155,4	108,3	160	151,1
RJ	6,4	536,5	-20,2	135,2	12,1	73,3	74,1	77,3
SP	117,8	699,7	16	212,3	69,3	38,4	143,3	106,2
PR	242,9	-38,9	129,1	481	134,5	147,2	167,9	186
SC	228	-59,7	70,6	407	274	104,6	215,9	190,2
RS	50,1	-15,7	37,3	188,9	105,6	55,4	103,9	91,5
MS	290,4	133,1	634,5	545,4	111,8	387,8	204,9	276
MT	4366,4	44,2	808,7	1857,9	280,3	631	398,2	811,1
GO	436,3	152,6	253	177,4	134,9	183,8	181,8	215,4
DF	229,9	159,6	273,1	317,6	124,3	167,9	185,2	188,7

Fonte: IBGE. Sistema de Contas Regionais. Elaboração própria.

Na Tabela 2, destaca-se o desempenho negativo do valor adicionado da indústria de transformação do Rio de Janeiro, entre 1985 e 2022, tendo sido o único estado do país a ter retração real nesta atividade, no período (-20,2%). Na análise dos vínculos formais de emprego, o Rio de Janeiro também foi o único estado a registrar retração, entre 1985 e 2024, segundo dados RAIS. Neste período, a retração do emprego formal na atividade fluminense foi de 18%, enquanto, no Brasil houve crescimento de 65,1%. Na Figura 1, são apresentadas as taxas de variação para todos os estados brasileiros.

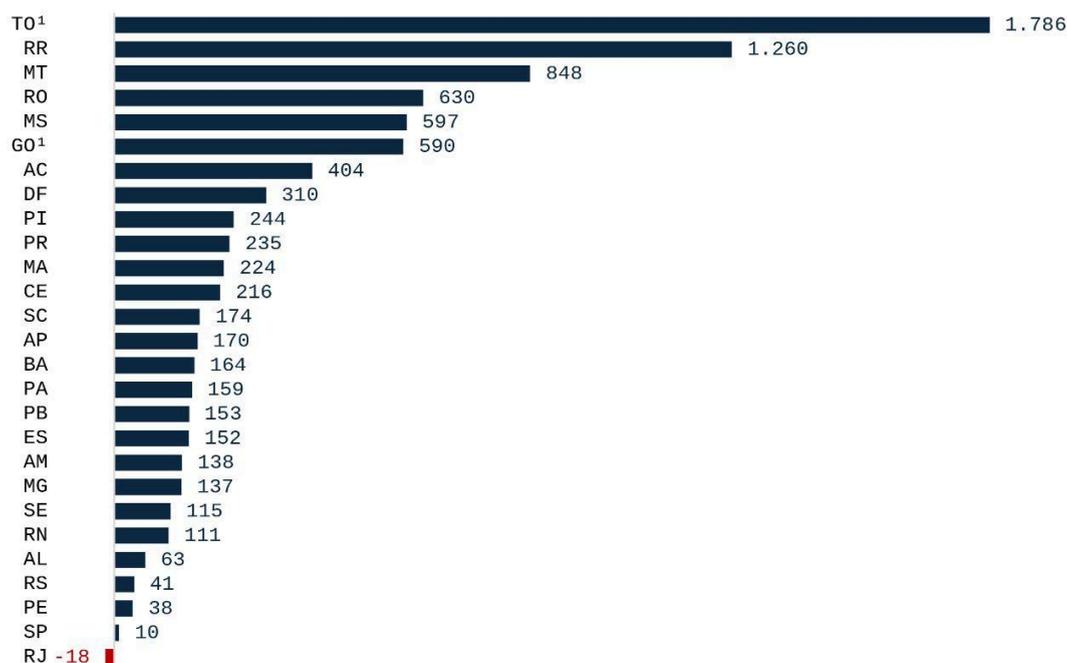


Figura 1: Taxa de variação dos vínculos formais de emprego na transformação por estados, entre 1985 e 2024 - %⁴

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - MTE. Elaboração própria.

A indústria de transformação tem grande capacidade de geração de externalidades positivas, ao fomentar tanto a cadeia de valor fornecedora (aumento da demanda de produtos da agropecuária e da extrativa, a serem transformados), quanto a cadeia demandante (aumento da demanda por serviços como comércio dos produtos fabricados, transporte aos consumidores finais, intermediação financeira para aquisição, entre outros), o que faz ser importante impulsionadora do crescimento econômico, podendo ser considerada um motor do crescimento econômico (Squeff, 2012). Por esta razão, é importante compreender as características da deterioração desta atividade no Rio de Janeiro.

4.2 Evolução da transformação fluminense por segmentos

A Figura 2 mostra a evolução real do valor adicionado da transformação do Brasil e do Rio de Janeiro, entre 1985 e 2022. Nota-se que o descolamento da atividade estadual da nacional, teve início em 1993 e se acentuou até 2008, quando, desde então, a evolução foi semelhante nas duas localidades.

⁴ TO e GO, antes de 1989 eram uma única unidade da federação. A estimativa de TO antes de 1989 foi realizada pela evolução da série de GO. Por sua vez, GO, neste período, passou a ser a diferença entre o total do estado e a estimativa de TO.

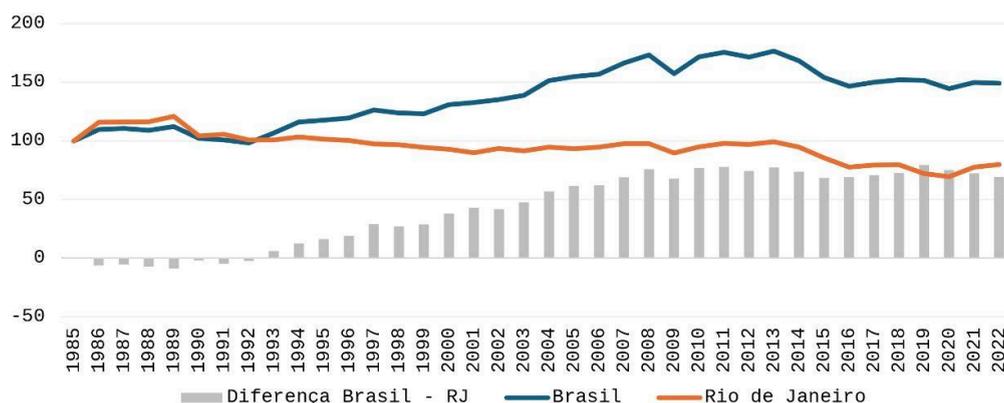


Figura 2: Evolução real do valor adicionado da indústria de transformação do Brasil e do Rio de Janeiro – 1985 = 100

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Regionais. Elaboração própria.

A partir de dados da Pesquisa Industrial Anual do IBGE (PIA), analisou-se as taxas reais de variação acumuladas do valor bruto da produção da transformação em vinte segmentos, entre 1996 e 2022, apresentados na Tabela 3. Em verde estão destacadas as variações positivas e, em vermelho, as negativas.

Tabela 3: Variação real do valor bruto da produção da indústria de transformação e seus segmentos no Rio de Janeiro, entre 1996 e 2022 - %

Segmentos	Taxas - %
Fab. de veículos automotores, reboques e carrocerias	1.358,1
Fab. de coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	772,4
Metalurgia	197,1
Fab. de produtos de borracha e de material plástico	117,9
Outras máquinas e equipamentos	67,7
Fab. de móveis	38,6
Fab. de produtos de minerais não-metálicos	32,8
Fab. de bebidas	25
Fab. de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	15,4
Fab. de produtos químicos	12,5
Fab. de produtos alimentícios	-3
Fab. de celulose, papel e produtos de papel	-5,3
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-8,7
Fab. de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-11,4
Fab. de farmoquímicos e farmacêuticos	-47,1
Preparação e fab. de couros e artefatos, artigos para viagem e calçados	-53,6
Fab. de produtos do fumo	-60,6
Fab. de produtos de madeira	-62
Fab. de produtos têxteis	-65,2
Impressão e reprodução de gravações	-82,9

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual. Elaboração própria.

Entre 1996 e 2022, quatro segmentos perderam mais de 5 p.p. de participação, enquanto outros três ganharam acima de 5 p.p. de participação. Nos demais treze segmentos analisados, embora não tenha havido alterações individuais de participação tão intensas, conjuntamente somaram perda de 13,9 p.p., no período.

Na Figura 3, são apresentadas as evoluções das participações dos segmentos que tiveram acréscimos ou perdas superiores a 5 p.p. no valor bruto da produção da

transformação fluminense, entre 1996 e 2022. Na esquerda constam os segmentos que perderam participação, enquanto, na direita, estão as trajetórias dos segmentos que as ampliaram.

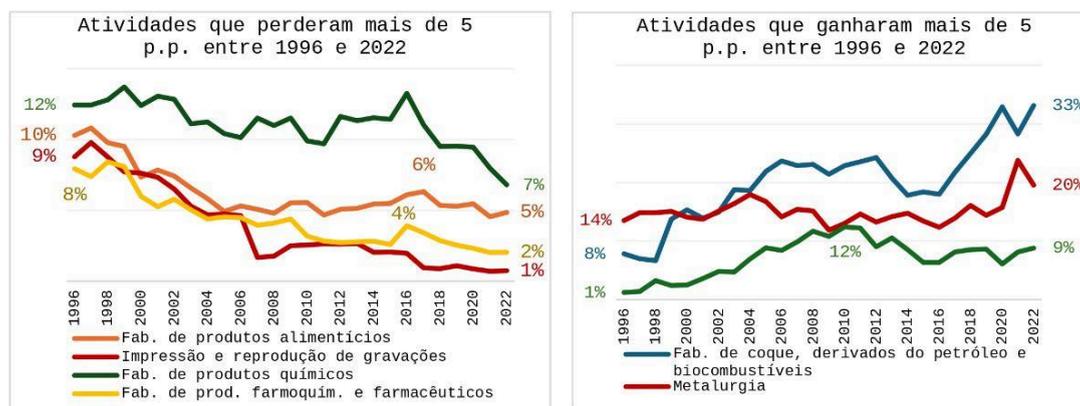


Figura 3: Evolução da participação das maiores modificações do valor bruto da produção de segmentos da transformação do Rio de Janeiro entre 1996 e 2022 - %

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual. Elaboração própria.

Observa-se que houve reestruturação na composição do valor bruto da produção da transformação fluminense, ao longo do tempo, com aumento da concentração em apenas três segmentos: (i) fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, (ii) metalurgia e (iii) fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias.

4.3 Evolução da transformação fluminense por regiões do estado

A análise por regiões mostra que a retração no emprego formal da transformação foi concentrada na região metropolitana, especificamente no município do Rio de Janeiro. Na Tabela 4, apresenta-se as taxas de variação do emprego formal da transformação por regiões do estado, entre 1985 e 2022.

Tabela 4: Variação do emprego formal da transformação, entre 1985 e 2022, por diferente locais – em %

Locais	Taxas - %
Brasil	65,1
Estado do Rio de Janeiro	-18
Baixadas Litorâneas	249,7
Centro-Sul Fluminense	10,7
Costa Verde	71,4
Médio Paraíba	25,4
Metropolitana	-36,5
Cidade do Rio de Janeiro	-51,1
Demais cidades	8,5
Noroeste Fluminense	153,8
Norte Fluminense	81,9
Serrana	63,2
Demais estados	74,3

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração própria.

Entre 1985 e 2024, o estado, que é composto por oito regiões, apresentou crescimento do emprego formal da transformação em sete, sendo a única retração na região metropolitana (-36,5%). Esta região, é composta por 19 municípios⁵, sendo o maior deles, em termos populacionais, a cidade do Rio de Janeiro. O desempenho dos postos de trabalho formais da transformação neste município é o principal fator a explicar a retração observada na região, uma vez que, o agregado do emprego formal da transformação dos demais municípios da região cresceu 8%, no período, enquanto na capital do estado, houve redução de 51,1%.

A Figura 4 mostra a evolução do emprego formal da transformação no Brasil e no Rio de Janeiro, com exercícios que mostram o quanto a retração observada no estado é bastante concentrada geograficamente em sua capital.

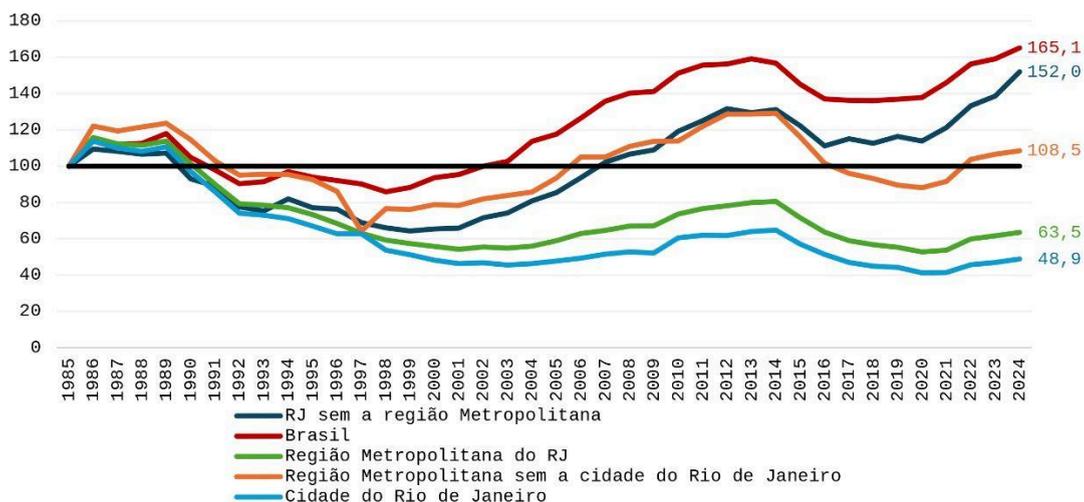


Figura 4: Evolução do emprego formal da transformação por localidades - 1985=100

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração própria.

Apenas a cidade do Rio de Janeiro e a região metropolitana apresentaram desempenho inferior em 2024 ao que apresentaram em 1985. Como o desempenho da cidade do Rio de Janeiro foi o principal responsável pela queda do emprego formal da transformação no estado, analisou-se, na seção seguinte, a evolução da transformação, nesta cidade, por segmentos.

4.4 Evolução da transformação na cidade do Rio de Janeiro por segmentos

Na análise desagregada em segmentos, apresentado na Tabela 5, observa-se que a retração dos postos de trabalho formais da transformação no município do Rio de Janeiro, entre 1985 e 2024, foi disseminada, com retrações acima de 20% em todos os segmentos analisados.

⁵ Segundo CEPERJ (2019).

Tabela 5: Variação dos postos de trabalho formais por segmentos da transformação na cidade do Rio de Janeiro entre 1985 e 2024 - %

Segmentos	Município do Rio de Janeiro
Transformação	-59,6
Alimentos e bebidas	-23,8
Têxtil, vestuário e calçados	-69,0
Papel, papelão e gráfica	-71,2
Química	-38,8
Metalúrgica	-46,3
Máquinas	-68,4
Outros	-75,6

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração própria.

Conforme ilustrado na Figura 5, que apresenta as trajetórias de evolução do emprego formal por segmentos da transformação, na cidade do Rio de Janeiro, desde 1985, a maior parte dessa retração ocorreu na década de 1990, período em que apenas o segmento de fabricação de alimentos e bebidas apresentou crescimento de emprego formal na cidade. Contudo, ao final da década de 1990, esse segmento também retraiu na cidade, assim como ocorreu com os demais.

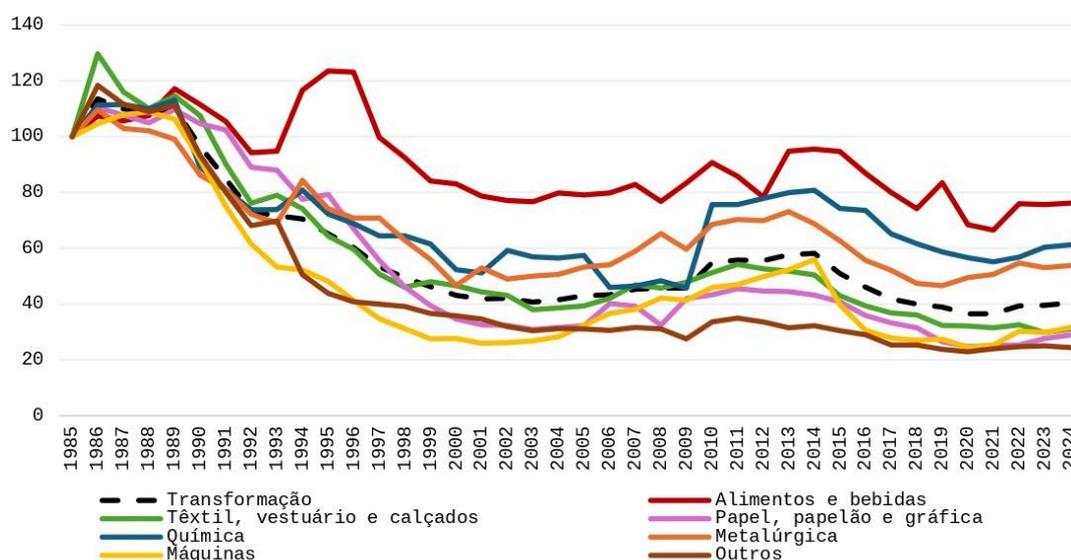


Figura 5: Evolução do emprego formal da transformação na cidade do Rio de Janeiro por segmentos - 1985=100

Fonte: MTE - RAIS. Elaboração própria.

Na análise a partir de 1994, pôde-se ampliar a granularidade dos segmentos investigados de sete para 18. Destaca-se que, entre 1994 e 2024, houve retração de 39,4% nos postos de trabalho formais da transformação na cidade, com retração em 17 segmentos. Neste período, apenas a fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis apresentou crescimento do emprego formal na cidade, sendo este bastante expressivo (1.394,4%).

Tais resultados mostram que a deterioração da indústria de transformação na cidade do Rio de Janeiro foi praticamente generalizada, o que contribuiu para a desindustrialização na cidade, com redução da diversificação econômica de forma tão aguda, que influenciou o desempenho econômico de todo o estado.

4.5 A desindustrialização fluminense

O processo de desindustrialização é observado quando há perda de participação da indústria de transformação na economia. Pode ser considerado problemático, caso esse processo ocorra prematuramente, devido a deficiências no desenvolvimento industrial, com efeitos de redução do crescimento econômico potencial de longo prazo (Morceiro, 2011).

Dada a retração da transformação no Rio de Janeiro, tanto em termos de valor adicionado, quanto de geração de postos de trabalho formais, é inegável a prematuridade da desindustrialização fluminense. A transformação no estado apresentou a pior evolução do país, com grande influência do desempenho de sua capital para tal padrão.

A Figura 6 mostra a participação da indústria de transformação na economia fluminense, mensurada pelo valor adicionado e o emprego formal. Nota-se evidente desindustrialização no estado, em ambas as métricas analisadas.



Figura 6: Participação do valor adicionado e do emprego formal da transformação no total dessas variáveis na economia fluminense - %

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Regionais. Elaboração própria.

Na Figura 7, é apresentada a participação da indústria de transformação na economia por regiões, mensurada pelo emprego formal.

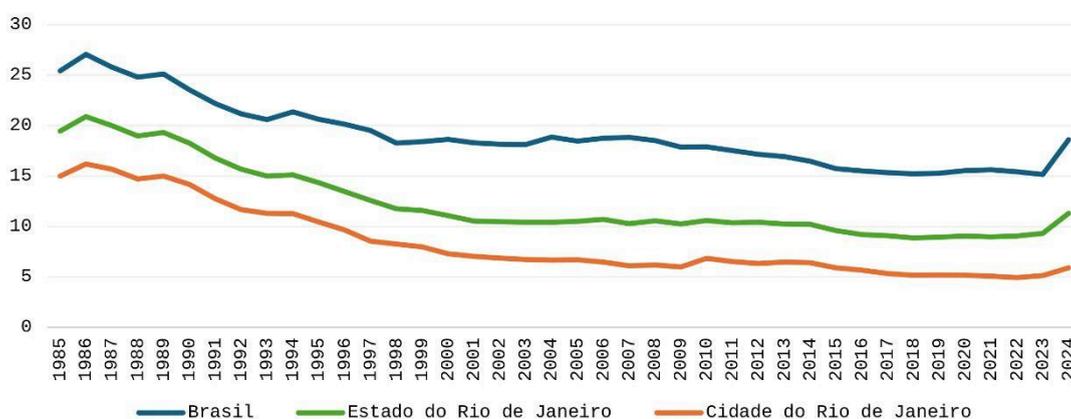


Figura 7: Participação do emprego formal da transformação no total do emprego por localidades - %

Fonte: MTE – RAIS. Elaboração própria.

Nota-se que, estruturalmente, o Brasil tem maior representatividade da transformação na economia que o estado do Rio de Janeiro que, por sua vez, é mais expressivo na esfera nacional do que no município do Rio de Janeiro. Em termos de evolução, as três localidades se desindustrializaram ao longo do tempo. A indústria de transformação, em todos esses locais, enfrentou desafios como a abertura econômica, crises fiscais e mudanças na política industrial, o que impacta o emprego industrial. No entanto, na década de 2000, houve estabilização da participação da transformação na economia nacional, enquanto, no estado e na cidade do Rio de Janeiro, a desindustrialização se mostrou contínua, o que pode indicar que fatores econômicos e políticos locais contribuíram para uma maior intensificação da desindustrialização fluminense.

5 Transição energética e a oportunidade de reindustrialização

Os resultados apresentados mostram que, ao longo do tempo, o Rio de Janeiro tem enfrentado desafios disseminados na transformação. O principal segmento da atividade a se destacar no estado é o de fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis. Isto é explicado pelo fato de o estado ser o principal produtor de petróleo e gás natural do país.

Há diversos problemas de cunho econômico na intensificação da concentração da economia, já que isto aumenta os riscos de dependência econômica. No Rio de Janeiro, nota-se clara concentração na cadeia do petróleo, desde a atividade extrativa, que desponta como a de maior crescimento do estado, até a refinaria, que embora esteja na transformação, é altamente associada ao bom desempenho da extrativa.

Há, cada vez mais, evidências de que a indústria petrolífera deve se reformular ao longo do século XXI. Isto é explicado pela necessidade de redução do consumo de combustíveis fósseis para combater a intensificação do aquecimento global, que tem colaborado para o aumento da ocorrência de consequências adversas para a humanidade, como aumento de chances de tempestades, enchentes, fome, migração, entre outros (IPCC, 2021). Uma das principais medidas para combater a intensificação das mudanças climáticas é a transição energética, cujo objetivo é ampliar o uso gradual de energias renováveis e limpas, em detrimento do uso de combustíveis fósseis, como o petróleo e seus derivados e o carvão mineral, por exemplo.

Tal contexto traz enormes desafios para a estrutura econômica do Rio de Janeiro, altamente dependente da produção de petróleo. Há a necessidade de diversificação da estrutura produtiva do Rio de Janeiro pois, caso contrário, a expectativa da redução da demanda por petróleo ao longo do século, pode contribuir para a criação de um novo vácuo econômico no estado, como o vivenciado após a saída da capital federal da cidade do Rio de Janeiro e a unificação da Guanabara ao estado. É necessário que se amplie o desenvolvimento em atividades relacionadas à pesquisa e desenvolvimento, a inteligência artificial, indústria de transformação, ao setor de tecnologia e a atividades de baixo carbono, movimento similar ao realizado em países com significativa estrutura produtiva de produção de petróleo (Yu Iii, 2022).

Apesar de ser um desafio para o Rio de Janeiro, a transição energética pode também ser uma oportunidade para a sua reindustrialização. O estado, além do perfil petrolífero, tem potencial para o desenvolvimento de outras atividades no ramo energético associadas a atividades de baixo carbono, como é o caso da geração eólica offshore e a produção de hidrogênio verde (FIRJAN, 2024). O Rio de Janeiro é um dos estados com maior potencial para a geração eólica offshore no país, segundo a Empresa de Pesquisa Energética - EPE (2020). Além disso, a experiência adquirida na produção de petróleo e gás natural em ambiente offshore, traz vantagem para o desenvolvimento de atividades no estado que sejam neste ambiente pela existência de infraestrutura naval já desenvolvida (FIRJAN, 2024).

Além dos efeitos diretos que estas atividades podem gerar na economia, também possuem a capacidade de fomentar o desenvolvimento de uma cadeia produtiva local, como, por exemplo, o desenvolvimento da fabricação de turbinas eólicas, ou o uso de hidrogênio verde para a produção de aço verde (CNI, 2023). Nota-se, portanto, que são exemplos de opção de atividades com potencial de expansão e que podem fortalecer a indústria do Rio de Janeiro e contribuir para a diversificação de sua economia.

Neste sentido, aproveitar as oportunidades geradas pela transição energética podem contribuir para tornar a estrutura produtiva do Rio de Janeiro diversificada, com maior presença industrial e, com isso, mais resiliente que a atualmente fragilizada.

Para isto, no entanto, deve-se buscar, primeiramente, a estabilização do ambiente político conturbado do Rio de Janeiro através da sinalização que o objetivo do estado é fomentar a economia, em conjunto com planos para: a estabilização fiscal, a segurança pública, o combate à corrupção e a oferta de serviços públicos de qualidade a população.

6 Considerações finais

Este artigo buscou relacionar o processo de desindustrialização fluminense com o contexto político de formação do estado. O objetivo foi mostrar que os atuais resultados econômicos do estado refletem as escolhas do passado, em que houve ausência de implementação de um plano de desenvolvimento econômico regional para o Rio de Janeiro. Com isso, nas últimas décadas, o desempenho econômico do estado, de forma disseminada, se destacou como um dos piores do país, com destaque para a deterioração da indústria de transformação, atividade crucial para o desenvolvimento econômico.

Esse resultado é reflexo de múltiplos fatores vivenciados pelo estado, ao longo do último século, como elevada tensão política, casos de corrupção, aumento da criminalidade, precarização da oferta de serviços públicos, desemprego, entre outros, gerando uma combinação de crises que se potencializaram. Em todos esses casos, nota-se falta de priorização de atendimento dos interesses locais, da população fluminense, para o atendimento de interesses nacionais, voltados para fora da esfera da população fluminense.

Neste contexto conturbado, a transição energética adiciona mais um desafio a um estado com estrutura produtiva dependente da produção de petróleo. No entanto, pode ser uma alternativa para o estabelecimento de um efetivo planejamento de desenvolvimento regional que incentive o surgimento de uma cadeia produtiva associada a atividades de baixo carbono e, com isso, favoreça a diversificação econômica no Rio de Janeiro.

A história da economia do Rio de Janeiro até aqui não define o seu futuro. É importante compreender os fatores que levaram o estado a alcançar os resultados atuais para que se possa modificá-los para uma trajetória mais próspera. A primeira etapa para fomentar o desenvolvimento deve ser a busca pela estabilização do ambiente político para que, então, possa-se estimular o ambiente econômico.

Adicionalmente, deve-se realizar planejamento regional. Embora não seja trivial, há a necessidade de se, gradualmente, fomentar a reestruturação da economia fluminense. O Rio de Janeiro não está fadado ao fracasso, mas é necessária uma mudança de rota que se inicia com o fortalecimento da instituição política, para que a sociedade possa se desenvolver em múltiplos aspectos e possa criar as condições para um Rio de Janeiro mais desenvolvido.

Referências

- CEBALLOS, V. “E a história se fez cidade...”: a construção histórica e historiográfica de Brasília. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasilia/trabalhos/OCR_CEBALLOS.pdf
- CEPERJ. Cartografia fluminense – Estado do Rio de Janeiro - Regiões de Governo e Municípios – 2019.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Oportunidades e Desafios para Geração Eólica Offshore no Brasil e a Produção de Hidrogênio de Baixo Carbono, 2023. Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/2a/61/2a61a6a8-abf5-4eea-8328-865725c995a4/id_243190_oportunidades_e_desafios_para_geracao_eolica_web.pdf
- COSTA, P. O esvaziamento Econômico do Rio de Janeiro e a perda da capitalidade, Trabalho de conclusão de graduação, UFRJ, 2010. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/2338>
- EPE. Roadmap Eólica Offshore Brasil – Perspectivas e caminhos para a energia eólica marítima, 2020. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/roadmap-eolica-of-fshore-brasil>
- FERREIRA, M. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, A. A. (Org.). **A democratização no Brasil**: atores e contextos. Rio de Janeiro: FGV, 2006. cap. 6, p. 163 - 203. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/0cde57e1-93eb-4779-a148-4e7a971fcab7/content#:~:text=A%20fus%C3%A3o%20do%20estado%20da,nova%2C%20mas%20enfrentava%20resist%C3%AAncias%20variadas>.
- FERREIRA, U. As políticas de transportes urbanos e o Estado: um estudo sobre as relações do poder público com as empresas de transporte na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. IBGE, ENCE, 2018.
- FIRJAN, Transição e integração energética no Rio, Versão Completa, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.firjan.com.br/data/files/C8/30/13/84/5DE21910682D1D09D8284EA8/2024_06_Transicao_Integracao_Energetica_Rio.pdf
- IPCC, 2021: Summary for Policymakers. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M.I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T.K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu, and B. Zhou (eds.)]. In **Press**. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_SPM.pdf
- MARTÍN, M. Rio de Janeiro, da euforia à depressão, El País, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/10/politica/1478799785_114849.html
- MORCEIRO, Paulo César. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011**: abordagens e indicadores. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579833717.
- MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. In: **UM ESTADO em questão**: os 25 anos do Rio de Janeiro/ Organizadores: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001. p.19-56. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/620b4951-cba6-4f8b-8b21-b07aa25703d1/content>
- OSÓRIO, M. e VERSIANI, M. H. História da Capitalidade do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, nº 10, 2015.

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/19711/15986>

PEDREIRA, P.; BRANDÃO., R; FREITAS FILHO, A. A historiografia da industrialização fluminense - A renovação recente dos estudos sobre o desenvolvimento fabril no estado do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX. *Acervo*, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 1–24, 2024. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2156/2023>

PORTAL MULTIRIO, O Rio de Janeiro é o presente. s.d. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/3367-e-o-presente>

RIBEIRO, A.; AZEVEDO NETO, J. A crise econômica do estado do Rio de Janeiro e os possíveis caminhos de concertação. **Petróleo, Royalties e Região**, v. 23, n. 1, 2024. Disponível em: <https://boletimpetroleoroyaltieseregiao.ucam-campos.br/index.php/bpr/article/view/177>.

SOBRAL, B. A evidência da estrutura produtiva oca: O Estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional. Em: MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C.; BRANDÃO, C. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro, 2017, Ipea, pp. 397-426. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9057>

SOUZA, L. e SGARBI, G. Bacia de Santos no Brasil: geologia, exploração e produção de petróleo e gás natural. **Boletín de Geología**, vol.41 no.1 Bucaramanga Jan./Apr., 2019. http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-02832019000100175&script=sci_artext&lng=pt

SQUEFF, G. Desindustrialização, luzes e sombras no debate brasileiro. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1747). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1125>

VIEIRA, W. A decadência da cafeicultura fluminense e seus efeitos na diversificação agrícola da região (1889-1930). **Leituras de Economia Política**, volume 6, nº. 1 (8), p. 1-159, 2001. https://www.abphe.org.br/arquivos/wilson-vieira_3.pdf

YU III, V. Economic Diversification from Oil Dependency: Practice and Lessons from Persian Gulf Oil-Dependent Developing Countries. **Third World Network**, Climate Change Series 6, 2022. Disponível em: <https://www.twn.my/title2/climate/series/cc06.pdf>

Sobre a Autora

Juliana Trece é Doutora em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), Mestre em Economia Empresarial pela Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV/EPGE) e bacharel em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é coordenadora do Núcleo de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE).

Contribuições da Autora

Conceituação, J.C.C.T., metodologia J.C.C.T., software J.C.C.T., validação J.C.C.T., análise formal J.C.C.T., investigação J.C.C.T., recursos J.C.C.T., curadoria de dados J.C.C.T., redação—preparação do rascunho original J.C.C.T., redação—revisão e edição J.C.C.T., visualização, J.C.C.T.

Conflitos de Interesse

A autora declara não haver conflitos de interesse.

Sobre a Coleção Estudos Cariocas

A Coleção Estudos Cariocas (ISSN 1984-7203) é uma publicação de estudos e pesquisas sobre o Município do Rio de Janeiro, vinculada ao Instituto Pereira Passos (IPP) da Secretaria Municipal da Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Seu objetivo é divulgar a produção técnico-científica sobre temas relacionados à cidade do Rio de Janeiro, bem como sua vinculação metropolitana e em contextos regionais, nacionais e internacionais. Está aberta a quaisquer pesquisadores (sejam eles servidores municipais ou não), abrangendo áreas diversas - sempre que atendam, parcial ou integralmente, o recorte espacial da cidade do Rio de Janeiro.

Os artigos também necessitam guardar coerência com os objetivos do Instituto, a saber:

1. Promover e coordenar a intervenção pública sobre o espaço urbano do Município;
2. Prover e integrar as atividades do sistema de informações geográficas, cartográficas, monográficas e dados estatísticos da Cidade;
3. Subsidiar a fixação das diretrizes básicas ao desenvolvimento socioeconômico do Município.

Especial ênfase será dada no tocante à articulação dos artigos à proposta de desenvolvimento econômico da cidade. Desse modo, espera-se que os artigos multidisciplinares submetidos à revista respondam às necessidades de desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro.